

## CONTEXTO HISTÓRICO, ATUAÇÕES E ATRIBUIÇÕES DO PSICÓLOGO E ORIENTAÇÃO SEXUAL COMO DEMANDA DESAFIADORA

### EDUCATIONAL PSYCHOLOGY: HISTORICAL CONTEXT, PROCEEDINGS AND TASKS OF THE PSYCHOLOGIST AND SEXUAL ORIENTATION AS DEMAND CHALLENGING

Gabriel Ferreira da Silva<sup>1</sup>  
Palloma Nathally Melo D'Andrade Lima<sup>2</sup>  
José Anderson Pereira Feitosa<sup>3</sup>  
Jobson de Alencar Neves<sup>4</sup>  
José Fernando Ferro Machado Junior<sup>5</sup>

**RESUMO:** A presença do Profissional de Psicologia no âmbito escolar, ainda não é bem esclarecida na sua prática real. Algumas vezes, pela formação deficiente em Psicologia Educacional, ainda na graduação, ou pela falta de interesse dos alunos em seguir tal carreira, visto que a academia proporciona um curso de Psicologia generalista. Por essa razão, no que se diz respeito ao ser psicólogo educacional e suas atribuições, este artigo objetiva apresentar e discutir as atuações da profissão, fazendo um resumo histórico até o que temos hoje em Psicologia Educacional, destacando a educação sexual como demanda desafiadora a ser problematizada.

**Palavras-chave:** Psicologia. Psicologia Educacional. Psicologia Escolar. Educação. Educação sexual.

118

**ABSTRACT:** The presence of the Psychology Professional in schools, it is still not well understood in their actual practice. Sometimes, the lack of training in Educational Psychology, even graduation, or the lack of student interest in pursuing such a career, as the academy provides a general psychology course. For this reason, as regards being educational psychologist and their assignments, this paper aims to present and discuss the profession's performances, making a historical overview to what we have today in Educational Psychology, emphasizing the sexual education as a challenging demand to be problematized.

**Keywords:** Psychology. Educational Psychology. School Psychology. Education. Sexual education.

<sup>1</sup>Mestrando em Saúde Mental - Universidade de Pernambuco (UPE). Especialista em Saúde Mental - Instituto de Ensino Superior Múltiplo (IESM). Graduado em Psicologia - Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

<sup>2</sup>Mestranda em Saúde Mental - Universidade de Pernambuco (UPE). Especialista em Direitos Humanos, gênero e sexualidade. (UNIFG). Graduada em Psicologia.

<sup>3</sup>Especialista em Docência do ensino superior e metodologias ativas de aprendizagem. Graduado em psicologia - Unileao.

<sup>4</sup>Especialista em atendimento escolar especializado - Faculdade de Educação São Luís. Graduado em Pedagogia (FACEL).

<sup>5</sup>Mestrando em Saúde Mental - Universidade de Pernambuco (UPE). Especialista em Psicologia Escolar. Graduado em psicologia.

## INTRODUÇÃO

Hoje a Psicologia vem se difundindo pelo Mundo e por todo o Brasil também, surgindo paulatinamente novas possibilidades de atuação e psicologias emergentes. Apesar da profissão do Psicólogo ter sido legitimada e legalizada no Brasil, pouco mais de meio século, é uma das profissões mais respeitadas na contemporaneidade, ainda assim, trilhando para que possa progressivamente ser mais reconhecida e ganhar seu espaço.

A Psicologia Educacional e Escolar é uma das tantas Psicologias, cujo o Psicólogo pode atuar, que gradativamente vem ganhado destaque no cenário brasileiro. Apesar de muitos entraves, vem firmando com o passar do tempo seu real papel, pouco esclarecido ainda, muito atrelado às demandas clínicas e psicodiagnóstico, não conivente com o dever do Psicólogo nessa área.

Os cursos de Psicologia brasileiros são de caráter generalistas, formando assim, profissionais conhecedores de várias áreas. Contudo, é notório que a Psicologia Educacional e Escolar não ganha destaque na grande maioria das Faculdades e Universidades, causando distanciamento da parte dos graduandos.

É preciso salientar a importância desse ramo da Psicologia, conhecer historicamente como cursou a Psicologia Educacional para o que temos hoje, entender a sua atuação e desmistificar o caráter clínico que se subscreve ainda, além de alocar a educação sexual nas escolas como demanda desafiadora, apresentando propostas norteadoras de atuação.

## CONTEXTO HISTÓRICO

A Psicologia acompanha as mudanças decorrentes no cotidiano humano, não seria diferente nas suas especialidades, como a Psicologia Educacional, que mais precisamente desde 1930 vem seguindo esse rumo, se moldando conforme as mudanças metodológicas na educação.

A Psicologia Educacional, analisada a partir dos primeiros apontamentos na história “foi estruturado por Pfromm Netto em seu Artigo “As Origens e o Desenvolvimento da Psicologia Escolar” (1996). Nesse trabalho, o autor defende que a história da Psicologia Educacional e Escolar no Brasil pode ser dividida em três momentos: o primeiro momento (1830-1940) é relacionado às Escolas Normais, chamando por este de “fase normalista”, a segunda fase (1940-1962) é descrita como “fase universitária” devido ao ensino de Psicologia

nas universidades, e a terceira (a partir de 1962) é marcada pela criação da ABRAPEE e realização dos congressos científicos na área. (ROSÁRIA, 2011, p.177)

A primeira se refere aos primórdios, ligados essencialmente às escolas normais, de 1830 a 1940. A segunda corresponde à fase universitária do ensino de psicologia, anterior à criação dos cursos de psicologia no país, e vai de 1940 a 1962. A terceira fase inicia-se com a introdução da Psicologia escolar no currículo de graduação em Psicologia (1982) e se estende até os dias que correm, tendo como marcos decisivos o primeiro Congresso Nacional de Psicologia Escolar (Valinhos, SP, 1991), a criação da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) e a realização do XVII Congresso Internacional de Psicologia Educacional em 1994 na PUC CAMPINAS, em Campinas, SP, conjuntamente com o II Congresso Nacional de Psicologia Escolar (PFROMM NETTO, 1996, p.31 apud ROSÁRIA, 2011, p.177)

Durante o século XX, basicamente na primeira metade, a principal característica da atuação do Psicólogo Escolar foi a de modo reparador, no tocante aos problemas de aprendizagem e desenvolvimento, evidenciando a forte influência da medicina, focando a psicometria. (BARBOSA, MARINHO, 2011). Ottoni (2005 p.19) rememora que “A primeira escala métrica de inteligência infantil foi desenvolvida por Binet, na França em 1905”. “Sua passagem (...) para o laboratório de pedagogia experimental, (...) foi um passo decisivo na constituição do primeiro método em psicologia escolar, do qual até hoje não se libertou: a psicometria” (Patto, 1984 apud Ottoni, 2005 p.19).

Por volta de 1906, no Rio de Janeiro, Manoel Bonfim fundou o Laboratório de Pedagogia Experimental, planejado por Binet (Paris), junto ao Pedagogium, órgão fundado a fim de incentivar melhorias educacionais, que se transformou em um centro de cultura superior, em 1897. (Lacerda, 2010, p.11)

Cruces (2006, p.20 apud BARBOSA; MARINHO, 2010) informou que “a psicologia desenvolveu-se no Brasil principalmente para atender problemas da educação, sobretudo a formação de professores” (Campos & Jucá, 2006 apud BARBOSA; MARINHO, 2010). Conforme Barbosa; Marinho (2010, p.2) “no início da psicologia escolar no Brasil, evidenciou-se o caráter clínico e terapêutico das intervenções realizadas”.

Entre as décadas de 20 e 30 do séc. XX surgiu o Movimento de Higiene Mental, com funções preventivas de orientação, assistência, pesquisa e ensino de técnicos especializados em desajustamentos infantis. Esse movimento partia do princípio de que o profissional de

Psicologia deveria se adiantar aos problemas e cuidar do controle do bem-estar social e individual da nação. Era necessário que as crianças fossem qualificadas para se conquistar o ideário do Estado Novo de industrialização. (Otonni, 2005, p.20)

A partir da década de 1960, com a ampliação do sistema educacional, a Psicologia passou a constituir-se como prática mais presente nas escolas. Contudo, tais práticas se fundamentavam em perspectivas psicológicas adaptacionistas, nas quais os indivíduos são percebidos como seres que precisam se inserir na sociedade, e para isso devem se ajustar ao meio em que vivem. (Lacerda, 2010, p.15)

O que se percebe é que nessa época as escolas não estavam aptas para receberem as inúmeras demandas escolares, mas que o aluno se molde, mesmo com suas dificuldades, ao método escolar vigente. O que acrescenta Lacerda (2005, p.21) um trabalho considerado como limitado, reducionista, voltado para o atendimento de interesses individuais e distanciado das questões sociais, econômicas, políticas e ideológicas que permeiam as instituições educativas e o próprio processo educativo.

Destaca Lacerda (2010, p.12) que a Psicologia, desde o início do século passado, tem sido chamada pela Educação para fundamentar teoricamente questões importantes da educação escolar, constituindo-se no primeiro campo de aplicação daquela ciência. Somente na década de 60 é que surgiram os primeiros cursos de Psicologia, estando as duas áreas, Educação e Psicologia, inseridas num mesmo quadro histórico, político econômico e social. Em 1962, pela LEI nº 4.119 de 27-08-1962, que se Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo.

Podemos considerar que “no âmbito da construção e consolidação da psicologia no cenário brasileiro, os anos de 1960 e 1970, marcados pela movimentação civil em oposição ao regime político, viram acontecer também, dentro da área, reivindicações pela ressignificação da relação da psicologia com a sociedade. Dentre as consequências dessa mobilização está o surgimento de novas áreas de formação e atuação ligadas principalmente à área da saúde e da educação (Campos & Jucá, 2006 apud BARBOSA, MARINHO, 2011, p.03).

Os anos de 1970 também se caracterizaram, no âmbito da educação, pela promulgação da lei nº 5.692/71, que ampliou o sistema educacional e efetivou a expansão da escolaridade obrigatória e gratuita, trazendo mudanças significativas no contexto escolar. O aumento no quantitativo de alunos advindos das mais diversas realidades socioculturais ocasionou dificuldades de adaptação do sistema à nova realidade, tanto em termos de infraestrutura

das escolas quanto em termos de concepções e metodologias de aprendizagem adequadas ao novo panorama educacional. Por conseguinte, observou-se um crescimento da demanda de alunos com dificuldades de aprendizagem que extrapolavam o entendimento e as intervenções pedagógicas dos docentes já adaptadas ao antigo contexto (Marinho-Araújo & Almeida, 2005 apud Barbosa, Marinho, 2011 p.03).

Nesse período, iniciou-se o movimento de crítica e a revisão das bases epistemológicas da Psicologia, sobretudo com relação à aplicação indiscriminada de testes psicodiagnósticos em crianças e os impactos do uso desses instrumentos sobre a vida escolar dos avaliados (Lacerda, 2010, p.15).

Foi a partir da década de 1980 do século XX que se iniciou um movimento de análise crítica da atuação do psicólogo escolar, a fim de que fosse possível a consideração dos processos desenvolvidos na instituição escolar. Os “problemas de aprendizagem” passaram a ser vistos como um fenômeno complexo, constituído socialmente, cuja análise deve abarcar os aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais (Ottoni, 2005, p.21).

O avanço das discussões propiciou, no final dos anos de 1980 e início da década de 1990, a criação da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), acontecimento importante para a delimitação da área de psicologia escolar. A entidade vem contribuindo, desde então, com a divulgação de reflexões acerca da identidade do psicólogo escolar, dos conhecimentos psicológicos que se aplicam à área e das possibilidades de atuação em espaços educacionais. (BARBOSA, MARINHO, 2011 p.04)

Recentemente, a partir do ano 2000, observou-se o avanço da discussão teórica acerca da atuação do psicólogo escolar. Dentre os temas contemplados estão a atuação institucional, a participação do psicólogo escolar na formação de professores e na elaboração do projeto político pedagógico da escola e experiências de estágios baseadas em metodologias de pesquisa-ação, por exemplo. Tais trabalhos buscaram uma articulação maior da psicologia com o contexto da escola, demarcando novos focos de intervenção na área (Araújo, 2003; Guzzo, 2001; Guzzo & Weschler, 2001; Marinho-Araújo, 2007; Marinho-Araújo & Neves, 2007; Martínez, 2006; 2007; Neves, 2001; 2007; Novaes, 2001 apud BARBOSA, MARINHO, 2011, p.396).

Segundo o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) - Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990, Art. 53:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. **Parágrafo único:** é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Portanto, o fazer psicologia na educação mostra hoje outra roupagem, sendo assim, modificadora da estrutura escolar e sua metodologia. As questões históricas nos esclarecem muito sobre o campo de atuação da Psicologia Educacional, seus empasses e conquistas. É a partir disso que o Psicólogo pode entender as demandas e suas pertinências.

## ATRIBUIÇÕES E ATUAÇÕES

Ainda há resquícios de uma visão clínica nas instituições escolares, seja na ótica dos pais, alunos e também dos próprios educadores e cabe aos próprios Psicólogos e os em formação erradicarem esse pensamento, elucidando a sociedade de seu verdadeiro papel que para o CFP (Conselho Federal de Psicologia):

Atua no âmbito da educação, nas instituições formais ou informais. Colabora para a compreensão e para a mudança do comportamento de educadores e educandos, no processo de ensino aprendizagem, nas relações interpessoais e nos processos intrapessoais, referindo-se sempre as dimensões política, econômica, social e cultural. Realiza pesquisa, diagnóstico e intervenção psicopedagógica individual ou em grupo. Participa também da elaboração de planos e políticas referentes ao Sistema Educacional, visando promover a qualidade, a valorização e a democratização do ensino.

Tanto a Psicologia Escolar como a Psicologia Educacional, dizem respeito à instituição escolar, não existindo diferenciação entre as mesmas. Ambas estão engajadas em um compromisso teórico e prático com as questões escolares, seus processos, sua dinâmica, resultados e atores, devem considerar a escola como um lugar em que se possa desenvolver tanto o pesquisador como o profissional que usa seus conhecimentos produzidos por pesquisas no entendimento dos fenômenos que envolvem a aprendizagem, servindo de

suporte ao trabalho de todos os envolvidos no contexto escolar, criando formas de enfrentamento dos mesmos (Lacerda, 2010, p.19)

Dentre a Descrição de ocupação: detalhamento de atribuições para o Psicólogo Educacional, segundo o CFP, consigo destacar quatro, não descartando as demais que também é de suma importância para a construção de perpetrar psicologia educacional:

Desenvolve trabalhos com educadores e alunos, visando a explicitação e a superação de entraves institucionais ao funcionamento produtivo das equipes e ao crescimento individual de seus integrantes; b) Desenvolve, com os participantes do trabalho escolar (pais, alunos, diretores, professores, técnicos, pessoal administrativo), atividades visando a prevenir, identificar e resolver problemas psicossociais que possam bloquear, na escola, o desenvolvimento de potencialidades, a auto realização e o exercício da cidadania consciente; c) Diagnostica as dificuldades dos alunos dentro do sistema educacional e encaminha, aos serviços de atendimento da comunidade, aqueles que requeiram diagnóstico e tratamento de problemas psicológicos específicos, cuja natureza transcenda a possibilidade de solução na escola, buscando sempre a atuação integrada entre escola e a comunidade; d) Supervisiona, orienta e executa trabalhos na área de Psicologia Educacional.

Um dos principais problemas visto é que, na maioria das vezes, os profissionais não tem nenhum espaço físico específico que se possa trabalhar e atender suas demandas, muitas vezes compartilha com outros profissionais de áreas totalmente diferentes o mesmo ambiente, atrapalhando tanto o seu trabalho quanto o trabalho dos demais colegas.

Quanto ao espaço físico, Andrada (2005) afirma que o psicólogo escolar necessita de um espaço onde possa escutar demandas da escola e, a partir disso, pensar em maneiras de lidar com as situações cotidianas. Ao mesmo tempo, cabe ao psicólogo escolar não permanecer atrelado a um espaço físico específico, pois a demanda dificilmente chegará até a sua sala. A demanda está por todos os lugares e o psicólogo escolar deve estar atento aos diversos espaços do contexto da escola. (Dapieve; Reginato, 2012, p.05)

## **ORIENTAÇÃO SEXUAL COMO DEMANDA DESAFIADORA**

O desenvolvimento da sexualidade faz parte de todo ser humano e seu ápice talvez se dê na adolescência onde são vivenciadas grandes transformações no corpo e mente de cada indivíduo. Estas mudanças precisam ser acompanhadas de perto para que através da prevenção se ofereça proteção (Jardim, 2006, p.161)

Apesar de não parecer, sexo e sexualidade já é falado nas escolas há tempos. Já na década de 20, encontramos registros de escolas que desenvolviam trabalhos na área da educação sexual. Mas é nos anos 80 que as experiências se sucedem mais frequentemente, com os trabalhos desenvolvidos mais sistematicamente (Ribeiro, 1990, p. 01).

No início, trabalhava-se a sexualidade não porque acreditavam ser importante para o desenvolvimento integral do indivíduo, mas porque as pessoas começaram a ter a visão de que a educação sexual deveria ser discutida de uma forma que tratasse dos problemas que estavam aparecendo, como: a gravidez na adolescência, o uso de drogas por adolescentes e devido à preocupação de pais e educadores com o aparecimento da AIDS, que começava a “ameaçar” também aos jovens e mudar todos os conceitos e maneiras de vivenciarem a própria sexualidade (Ribeiro, 1990, p. 01).

De acordo com Ribeiro (2011, p. 02), “Os primeiros trabalhos de educação sexual eram voltados basicamente para o prisma biológico. Quando se trata de educação e sexualidade os conceitos biológicos se mostram insuficientes tendo em vista que as questões abrangem aspectos emocionais, socioculturais, históricos, entre outros”.

E Ao se falar em Educação Sexual, o Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (GTPOS) a define como “todo o processo informal pelo qual aprendemos sobre a sexualidade ao longo da vida, seja através da família, da religião, da comunidade, dos livros ou da mídia”, enquanto define Orientação Sexual como “processo de intervenção sistemática na área da sexualidade, realizado principalmente em escolas” (Jardim, 2006, p. 158)

125

Mas o discurso totalmente biológico mudou “hoje, todos têm claro que o entendimento biológico, apesar de importante, é insuficiente para a compreensão total do indivíduo. E, com isso, a leitura dos aspectos emocionais, sócio-culturais, históricos, entre outros, tornam-se fundamentais quando pensamos em trabalhar educação e sexualidade” (Ribeiro, 2011, p.02).

A educação sexual é prioritariamente uma competência da família, pois é peça chave na formação da identidade de gênero e no desempenho dos papéis sexuais de seus filhos. A família mesmo que não dialogue abertamente sobre sexualidade, é quem dá as primeiras noções sobre o que é adequado, ou não, por meio de gestos, expressões, recomendações e proibições” (Jardim, 2006, p. 158). Mesmo a família dando aparato para se conversar sobre

sexualidade, muitos jovens preferem não tocar no assunto buscando pessoas, muitas vezes, da sua faixa etária.

Tonatto e Milnitsky (2002, p. 169) explicam a preferência dos adolescentes em dialogar sobre sexo fora do âmbito familiar: “na adolescência, os jovens, de diversas formas, procuram se inserir no social, através de buscas por identificações no seu meio de convívio, que não estejam mais ligadas ao ciclo familiar. Dessa forma, percebemos a importância que o grupo de pares assume nesse período da vida. Com relação a isso, podemos notar, por exemplo, a importância que a maioria absoluta dos adolescentes dá para os amigos no que se refere às conversas sobre sexualidade. Quase todos colocam, em momentos diversos, o fato de que os amigos são a grande fonte de esclarecimentos de dúvidas, inclusive sexuais, e o apoio nas horas mais difíceis”.

A sexualidade está bastante difundida em vários canais “Independentemente da participação familiar no processo educativo, [...] como a televisão, o rádio e a Internet, que têm influenciado diretamente o comportamento do adolescente com um bombardeio de informações em sua maioria, distorcidas sobre a sexualidade” (Jardim, 2006 p. 158). Onde essas influências podem gerar muitos fatores negativos exercendo “um papel de educadora informal que tem atraído muito os jovens na atualidade. Com relação aos corpos adolescentes, os discursos que prolifera se dirigem mais especificamente ao corpo das meninas, e apresentam uma proposta vinculada a um mecanismo de controle-estimulação, que ao mesmo tempo que incita os adolescentes a mostrarem seus corpos, faz a exigência de que, para isso, eles estejam dentro dos padrões de beleza rigorosamente estabelecidos” (Fischer, 1996, p. 97 apud Tonatto e Milnitsky 2002, p. 168).

126

Somando-se as instituições que interferem na educação sexual do adolescente encontramos a escola, parte essencial do nosso estudo. Sabe-se que a escola é um cenário muito apropriado para o desenvolvimento de um programa de educação sexual, por que além de uma ação direta que exerce sobre os educandos, indiretamente incentiva a própria família a desempenhar o seu papel (Jardim, 2006, p. 158)

A cada dia, torna-se fundamental que a escola “abra suas portas” para essa discussão. Não dá para realizar o pedido, escondido nas entrelinhas, de que os alunos deixem sua sexualidade do lado de fora (Ribeiro, 1990, p.03)

A orientação sexual na escola está sugerida nos novos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) elaborados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), dando

autonomia aos próprios estabelecimentos de ensino para decidirem a forma de abordarem esta temática. No entanto, sabemos que estas instituições enfrentam dificuldades para a inserção de novas práticas em educação sexual, e muitas vezes deixam de oferecer um espaço para que ocorram debates sobre saúde reprodutiva e sexualidade de uma forma contínua, referidos principalmente a carência de recursos materiais e pessoal capacitado (Jardim, 2006, p.158).

A Educação Sexual na escola deve se dá no âmbito pedagógico, não tendo, portanto, um caráter terapêutico. O trabalho deve ser compreendido como um espaço para que, através de dinâmicas, possamos problematizar temáticas, levantar questionamentos e ampliar a visão de mundo e de conhecimento (Ribeiro, 1990, p.04)

Não apenas os adolescentes precisam de debates sobre sexualidade, mas o mundo infantil também, como mostra Ribeiro (1990, p.05) “a educação sexual deve começar quando a criança entra na escola, se desenvolvendo durante todo o período escolar. Da Educação Infantil ao Ensino Fundamental (até ao 5º ano), a escola não deve estruturar horários específicos, com comumente ocorrem com as disciplinas curriculares. O trabalho junto a crianças deve acontecer no dia-a-dia, quando esta apresenta alguma curiosidade ou tem alguma atitude que o professor considere adequado intervir.”

127

Mas é na adolescência que é a florada a sexualidade, os hormônios em constante mudanças e os conflitos interpessoais cada vez mais tumultuosos. Os jovens demonstraram a percepção de que as modificações que estão ocorrendo na sua afetividade, valores e expectativas decorrem, também, de processos que estão promovendo a transformação do seu corpo em um corpo adulto, dotado de atributos sexualizantes (Tonatto e Milnitsky 2002, p. 167) E é de extrema importância que o psicólogo, juntamente com a equipe pedagógica e a família, participem ativamente dessas transformações, no sentido de auxiliar os jovens nas confusões geradas diante de tantas mudanças. Portanto, no que diz respeito ao corpo, os adolescentes (principalmente as meninas), mostram-se, em diversos momentos, muito influenciados pela questão da valorização social de um determinado padrão estético e, a partir disso, muito preocupados com a manutenção de um ideal de corpo e de beleza (Tonatto e Milnitsky 2002, p. 168).

## INTERVENÇÃO

A implantação de projetos de educação sexual contribui para que a criança ou o jovem — e adultos de amanhã — tenha uma vida mais integrada, saudável, com uma melhor autoestima e maior conhecimento do próprio corpo e consciência de ter relações preventivas (Ribeiro, 1990, P.03)

É Extremamente importante que haja uma “reflexão e discussão das ideias e representações que os alunos apresentam como “ideais” com a finalidade de problematizar o conteúdo de suas crenças e discursos possibilitando a apropriação crítica em relação aos seus processos identitários. P 171

O Psicólogo Educacional juntamente com “a escola devem discutir os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes na nossa sociedade, relacionados à sexualidade. Isso, sem ditar normas de “certo” ou “errado”, o que “deve” ou “não deve” fazer ou impor os seus valores, acreditando que é melhor para o seu aluno – o que pode não ser! O papel do professor é ser mais um “dinamizador de ideias” do que um “expositor da matéria ribeiro

A abordagem interdisciplinar pode contribuir para a busca de resoluções fundadas em raciocínio crítico e conhecimento na problematização dos temas referentes à sexualidade por parte dos adolescentes, de uma forma integrada e não alienada ao contexto em que vivem p172

Cada escola possui suas normas e regras, mas Tonatto e Milnitsky (2002, p. 172) sugerem que “os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), documentos propostos pelo Ministério da Educação (MEC), sejam utilizados pelas diferentes escolas, não na sua íntegra, como um manual de reformulação curricular, mas, sim, como uma forma de se propiciar, através desse material, uma reflexão e discussão sobre o ensino atual, como forma de se mobilizar a equipe escolar para a promoção de transformações na base do ensino tradicional. Os PCN orientam e reforçam a necessidade de uma discussão permanente e atualizada, com relação ao ensino fundamental, sobre seus objetivos, propostas, conteúdos eleitos, etc., mas, as modificações, quando realizadas, são elaboradas localmente por cada equipe de cada escola dentro do seu contexto de vida. ”

Fazer oficinas de diálogos, ressaltando a importância de falar de sexualidade; filmes, baseados na vida cotidiana dos jovens, mas filmes que façam refletir sobre questões que os próprios alunos podem sugerir; jogos relacionados a sexualidade ou dinâmicas grupais e também rodas de conversas com temas sugeridos ou impostos, dependendo da necessidade

de cada classe e/ou aluno, são ferramentas metodológicas e didáticas de extrema importância para um Psicólogo Educacional lidar com problemas de ensino-aprendizagem. O que destacam Tonatto e Milnitsky (2002, p.172) quando falam que “as oficinas fizeram uso de uma abordagem interdisciplinar, uma vez que valorizaram a discussão de diversos temas sob um viés biológico, psicológico e social. Em segundo lugar, as oficinas privilegiaram a discussão de um tema de relevância social. Ainda, possibilitaram a abertura de espaços diferenciados de trabalho, que motivaram a participação dos jovens e o desenvolvimento de habilidades críticas.”. Ainda acrescenta Ribeiro (1990, p.06) que “o trabalho de educação sexual é integrado às atividades diárias: situações como histórias, na abordagem dos conteúdos no cotidiano da sala de aula, nos jogos e brincadeiras ou nas diversas situações que se apresentam e podem ser aproveitadas.”.

## CONCLUSÃO

Foi visto então que a Psicologia Educacional passou por várias transformações no decorrer de sua história, observando a grande importância de seu papel nas instituições escolares, ajudando a promover a qualidade do ensino-aprendizagem, preocupando-se não apenas com o biológico, mas também com o indivíduo psicossocial, problematizando a aprendizagem como algo complexo. Esclarecendo também os resquícios da clínica na psicologia educacional, a partir do contexto histórico, realçando a importância da classe dos psicólogos desmistificarem esse caráter e explicar aos pais, alunos e colegas de trabalho sua real atuação de maneira prática e teórica.

Ainda há o que se fazer e cabe a todos os psicólogos em formação e também os já formados se unirem para que a profissão seja mais reconhecida, fazendo propagar-se, de maneira positiva, os conhecimentos na área, seja com mais publicações científicas ou Universidades e Faculdades voltadas a essa especialidade da Psicologia, trazendo aos estudantes maior interesse pelo campo.

Também fazer com que a sexualidade seja tratada como algo natural nas escolas, discutindo e trabalhando juntamente com a equipe pedagógica e os pais, as queixas e dúvidas dos alunos e filhos. Esse trabalho, então, deve ser planejado e sistematizado, buscando o interesse dos alunos, onde possa abrir um canal para discutir as questões sexuais. Para que o mesmo ocorra com tranquilidade, é importante que esteja inserido na estrutura escolar, seja como aula específica ou transversalizando conteúdo. Mas independente de como será

desenvolvido, é fundamental o compromisso da instituição, capacitando o seu professor e todos os envolvidos (Ribeiro, 1990, p.07).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barbosa, Deborah, Rosaria (Catálogo USP), **Estudos para uma história da Psicologia Educacional e Escolar no Brasil**. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-22072011-163136/pt-br.php>> Acesso em: 18 de abril de 16.

BARBOSA, Rejane Maria; ARAÚJO, Clasy Maria Marinho. Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. **Estud. Psicol. (Campinas)**, v. 27, n. 3, p. 393-402, 2010.

CFP, **atribuições profissionais do Psicólogo no Brasil**. Disponível em: <[http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr\\_prof\\_psicologo.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf)>. Acesso em: 19 de abril de 2016.

DE ANDRADA, Edla Grisard Caldeira. Novos paradigmas na prática do psicólogo escolar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 18, n. 2, p. 196-199, 2005.

JARDIM, Dulcilene Pereira; BRÊTAS, José Roberto da Silva. Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira-SP. **Rev Bras Enferm**, v. 59, n. 2, p. 157-62, 2006.

JusBrasil, Art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/90. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10611702/artigo-53-da-lei-n-8069-de-13-de-julho-de-1990>>. Acesso em: 19 de abril de 2016.

Machado, Fabiana Lacerda Baptista abreu. **Sobre a atuação do psicólogo escolar**. 2010.

PATIAS, Naiana Dapieve; GABRIEL, Marília Reginato. Psicologia Escolar/Educacional no Brasil: Como era e como é ou deve ser. **Revista eletrônica Psicologia. Pt**, 2011. DE LIMA, Aline Ottoni Moura Nunes. Breve histórico da psicologia escolar no Brasil. **Psicologia Argumento**, v. 23, n. 42, p. 17-23, 2005.

RIBEIRO, Marcos. Educação sexual. **Além da informação. São Paulo: EPU**, p. 62, 1990.

TONATTO, Suzinara; SAPIRO, Clary Milnitsky. Os novos parâmetros curriculares das escolas brasileiras e educação sexual: uma proposta de intervenção em ciências. **Psicologia & sociedade**, v. 14, n. 2, p. 163-175, 2002.